



## COTAÇÃO ELETRÔNICA nº 12/2013 - TCDF

Brasília-DF, 21 de agosto de 2013.

Prezados Senhores,

Convidamos Vossas Senhorias a apresentarem proposta de preços para o fornecimento de certificações digitais para 02 (dois) servidores *web*, para o período de 12 meses. É Extremamente recomendável que os licitantes consultem o edital da Cotação, disponível em <[www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br)>, acessar a aba TCDF => Transparência Administrativa => Licitações/Contratos => Licitações em andamento => Cotação Eletrônica => Edital n. 12/2013.

2. Para que a Administração possa adjudicar a Vossa Senhoria o direito de fornecimento do objeto supracitado, solicitamos a confirmação e aceitação das condições estipuladas nesta Cotação.

3. A proposta vencedora da Cotação Eletrônica deverá:

3.1 Ser entregue no Serviço de Licitação deste Tribunal, ou enviada pelo fax: 3314-2254, ou para o e-mail [selic@tc.df.gov.br](mailto:selic@tc.df.gov.br), devidamente **assinada** pelo proponente, contendo especificação clara do produto, inclusive marca e modelo, no prazo de 3 (três) dias úteis, após o encerramento da cotação.

3.2 Ter a validade de, no **mínimo, 60 (sessenta) dias corridos**;

3.3 **Os certificados deverão ser emitidos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho;**

3.4 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada nesta Cotação.

3.4.1 O licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que supram tais exigências.

3.4.2 O licitante deverá apresentar, no mesmo prazo para a entrega da proposta, a seguinte documentação complementar:

I. certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

II. declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

3.4.3 Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, ou que nele constem como vencidos, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços, em prazo idêntico ao estipulado para a entrega da proposta.

3.4.4 Em caráter de diligência, poderão ser solicitados, a qualquer momento, em original ou por cópia autenticada, os documentos remetidos por fax ou e-mail, bem como correções ou omissões na proposta e documentação remetidas.

3.4.5 Os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.



3.5 Indicar **forma de pagamento via ordem bancaria**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a devida atestação da nota fiscal.

4. O preço cotado deverá incluir todos os tributos, taxas, embalagens, encargos sociais, fretes, seguro, assistência/suporte técnico durante período de garantia, se for o caso, e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto a ser fornecido.

5. Informo que, caso seja o adjudicatário, **o pagamento será processado no prazo de até 10 (dez) dias** após a devida atestação da nota fiscal, sendo necessária a apresentação da 1ª via da Nota de Empenho.

6. No caso de multa moratória, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Para maiores informações, favor efetuar contato pelo telefone (61) 3314-2742 ou fax (61) 3314-2254, Serviço de Licitação, das 13h00 às 18h30.

Atenciosamente,

**Alessandra Ribeiro Astuti**  
**Serviço de Licitação**  
**Chefe-Substituta**



## COTAÇÃO ELETRÔNICA nº 12/2013 - TCDF

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Aquisição de certificações digitais para 02 (dois) servidores *web*, para o período de 12 meses.

#### 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

##### 2.1 Necessidade da Contratação

2.1.1 Dotar os servidores *web* do TCDF de mecanismo capaz de garantir autenticidade, segurança e integridade das informações nas transações eletrônicas realizadas nos sítios do TCDF na internet.

##### 2.2 Relação Demanda X Necessidade

Os certificados digitais para servidor *web* têm o objetivo de assegurar ao usuário a autenticidade do sítio visitado, além de prevenir que os dados trafegados possam ser capturados ou mesmo alterados no curso entre o computador do usuário e o servidor hospedeiro do sítio, garantindo a integridade e sigilo das informações.

##### 2.3 Motivação

2.3.1 De acordo com o art. 19, inciso XIV da Resolução TCDF nº 263/13, compete à Divisão de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) o gerenciamento do acesso de usuários internos e externos aos sistemas, aplicativos e demais serviços relacionados à tecnologia da informação disponibilizados pelo Tribunal.

2.3.2 No que diz respeito ao uso dos sistemas corporativos do TCDF, acessados via internet, cabe destacar que a falta ou vencimento do prazo de validade do certificado digital reconhecido pelos navegadores pode gerar insegurança ao usuário (jurisdicionados / servidores) no uso desses sistemas.

##### 2.4 Resultados a serem alcançados

2.4.1 O usuário, ao acessar o sítio do TCDF através de uma conexão criptografada, verá as mensagens em seu navegador de que está em um sítio seguro e que pertence ao TCDF.

#### 3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

##### 3.1 Certificado de Validação Completa:

3.1.1 Certificado com nível de criptografia de no mínimo 128 bits;

3.1.2 Compatível com o protocolo SSL – Secure Sockets Layer, versões SSLv2, SSLv3, TLS – TransportLayer Security na versão TLSv1 (SSLv3.1) e HTTPS;

3.1.3 Reconhecido pelos principais navegadores em suas versões mais atuais: Mozilla Firefox, Google Chrome, Internet Explorer;



3.1.4 Compatível com 100% dos servidores web que suportem o protocolo SSL e TLS;

3.1.5 Reemissões ilimitadas e gratuitas do certificado durante o seu período de validade;

3.1.6 Suporte especializado na solicitação, instalação e utilização do Certificado SSL;

3.1.7 Os certificados devem pertencer à hierarquia ICP-Brasil;

3.1.8 Os certificados gerados devem ter o bit de autenticação de cliente ligado.

### **3.2 Requisitos internos funcionais**

#### **3.2.1 Requisito de Qualidade:**

3.2.1.1 Certificado com nível de criptografia de no mínimo 128 bits.

### **3.3 Requisitos Internos Não- Funcionais**

3.3.1 **Serviço de suporte:** O suporte deverá ser prestado mediante abertura de chamado via telefone ou e-mail no prazo de até 24 horas.

3.3.2 **Requisito de Compatibilidade:** compatível com 100% dos servidores web que suportem o protocolo SSL e TLS.

3.3.3 **Requisito de Gestão de Riscos:** Para minimizar os riscos, os certificados digitais serão instalados por técnicos da Divisão de Tecnologia da Informação do TCDF.

### **3.4 Requisitos Externos**

#### **3.4.1 Padrão de homologação e Certificação de qualidade de produtos:**

3.4.1.1 Os certificados devem pertencer à hierarquia ICP-Brasil.

## **4. MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS / FORNECIMENTO DE BENS**

4.1 A entrega dos produtos deverá ser feita de forma integral e em parcela única.

## **5. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE**

5.1 Sem prejuízo do Capítulo III da Lei nº 8.666/93, o Edital de Licitação, seu anexo, contendo este Termo de Referência, e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato.

5.2 A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a nota de empenho, até 5 (cinco) dias após sua emissão, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e, facultando ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou, ainda, revogar a licitação.

5.3 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Termo de Referência.

## **6. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL**



## 6.1 **DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:**

6.1.1 Receber o objeto do contrato e atestar a Nota Fiscal/Fatura;

6.1.2 Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

6.1.3 Fiscalizar a entrega do produto objeto deste Termo de Referência;

6.1.4 Acompanhar e fiscalizar o contrato;

6.1.5 Informar à contratada, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

## 6.2 **DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

6.2.1 Entregar, no prazo estipulado, o objeto deste Termo de Referência na Divisão de Tecnologia da Informação do TCDF.

6.2.2 Cumprir orientação do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato.

6.2.3 Ressarcir ao Contratante quaisquer prejuízos causados em função do fornecimento.

6.2.4 Responder em relação a seus empregados, por todas as decorrentes da execução do objeto.

6.2.5 Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.

6.2.6 Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração seja ela qual for, desde que praticada por seus empregados nas instalações da Administração.

6.2.7 Comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, entre outros.

## 6.3 **DA FISCALIZAÇÃO:**

6.3.1 A execução do ajuste será acompanhada e fiscalizada por executor/fiscal do ajuste, especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 03, de 22/12/1997.

6.3.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Executor do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

## 6.4 **DOS PRAZOS E CONDIÇÕES:**

5.4.1 **O prazo de entrega do objeto deste Termo de Referência será de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da respectiva Nota de Empenho.**

## 6.5 **DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

6.5.1 O objeto contratado será recebido por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante recibo, após o decurso do prazo de até 5 (cinco) dias de observação que comprove sua adequação aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/1993.



6.5.2 Em caso de conformidade, o servidor ou comissão liberará o pagamento e emitirá o aceite definitivo do objeto.

6.5.3 Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou Comissão, acarretará o não recebimento definitivo. O servidor ou a Comissão discriminará em termo circunstanciado, em 2 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a Contratada com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas neste Termo de Referência.

6.5.4 À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis previstas neste Termo de Referência.

6.5.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

## 6.6 **DO PAGAMENTO:**

6.6.1 Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a Contratada protocolizará junto ao Contratante Nota Fiscal que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 10 (dez) dias, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela Contratada.

6.6.2 Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

6.6.3 O Microempreendedor Individual (MEI) está dispensado da emissão da NF-e.

6.6.4 Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Secretaria da Receita Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros), a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Fazenda Pública Federal.

6.6.5 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

6.6.6 Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 5.6.1, pagará à Contratada atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

6.6.7 Se a Contratada for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os



tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.6.8 Nenhum pagamento será feito à Contratada, caso os bens sejam rejeitados pela fiscalização do contrato, devendo esses ser refeitos e/ou substituídos pela contratada de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

6.7 **DO REAJUSTE:**

6.7.1 O valor do objeto desta Cotação é fixo e irrevogável.

6.8 **DA GARANTIA:**

6.8.1 Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993

6.9 **MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO:**

6.9.1 Para informar o descumprimento de alguma norma pela contratada será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências;

6.9.2 O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também pode ser utilizado para agilizar a comunicação entre as partes.

## 7. ESTIMATIVA DE PREÇO

7.1 O valor estimado para o presente objeto é de **R\$ 5.907,00** (cinco mil e novecentos e sete reais), perfazendo um valor unitário por licença de **R\$ 2.953,50** (dois mil e novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).

## 8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

8.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.2 O Contratante poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregoeiro subsidiariamente.

8.3 As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à Contratada, juntamente com a multa administrativa.

8.4 Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I), poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,20% por dia de atraso sobre o custo do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre este valor.

8.4.1 As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.



8.5 Pela inexecução parcial/total do ajuste, o Contratante poderá garantir a prévia defesa, aplicar à Contratada multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor inadimplido do contrato.

8.6 No caso de aplicação de multa será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista neste Capítulo.

8.7 As multas tratadas neste item serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo Contratante, ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela Contratada mediante depósito em conta corrente do Contratante ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

## 9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta Cotação Eletrônica implica a aceitação das condições nela presentes e submissão total às normas nela contidas, bem como ao edital de Cotação Eletrônica nº 12/2013-TCDF:

- **disponível em <[www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br)>, acessar a aba TCDF => Transparência Administrativa => Licitações/Contratos => Licitações em andamento => Cotação Eletrônica => Edital nº 12/2013**

9.2 É facultado ao TCDF, em qualquer fase desta cotação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

9.3 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento desta Cotação.

9.4 Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

9.5 Em caso de dúvida sobre a Cotação Eletrônica é conveniente o contato com o Serviço de Licitação, via fones (61) 3314-2742 ou 3314-2202, das 13h00 às 18h30, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

9.6 O esclarecimento de dúvidas de ordem técnica poderá ser realizado na Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), sito à Praça do Buriti, 1º Andar do Edifício Anexo do TCDF, Brasília, fone (61) 3314-2250.

## 10. DO FORO

10.1 Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir eventuais dúvidas relativas à presente Cotação Eletrônica.





## COTAÇÃO ELETRÔNICA nº 12/2013 – SELIC

### ANEXO II

#### MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A **NOME DA LICITANTE**, por meio de seu representante, vem apresentar proposta de preços de fornecimento do(s) item(s) integrante(s) da Cotação Eletrônica Nº 12/2013, para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme abaixo:

Item	Qtd.	Especificação	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
01	02	Certificado de Validação completa com nível de criptografia de no mínimo 128 bits, compatível com o protocolo SSL - Secure Sockets Layer, versões SSLv2, SSLv3, TLS – TransportLayer Security na versão TLSv1 (SSLv3.1) e HTTPS		(*)
<b>Total:</b>				(*)

(\*) Valor a ser lançado para a Cotação Eletrônica.

**Prazo de emissão dos certificados: 15 (QUINZE) dias úteis, após o recebimento da Nota de Empenho.**

**Prazo de validade da proposta:** mínimo 60 (sessenta) dias corridos da data de realização do certame.

Declaramos que atendemos aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

Declaramos que o(s) produto(s) cotado(s) atende(m) às especificações técnicas contidas no Edital da Cotação Eletrônica n. 12/2013-TCDF.

**Nome da Empresa:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Telefone/fax:**

**Banco/agência/conta:**

**E-mail:**